Universidades Lusíada

Carvalho, Pedro Raposo de Medeiros, 1969-

O paradigma variável da política internacional japonesa

http://hdl.handle.net/11067/1002
https://doi.org/10.34628/3ncx-qe34

Metadados

Data de Publicação 2010

Resumo O objecto deste artigo é estabelecer uma relação entre três das principais teorias de relações internacionais para compreender diversos cenários da política internacional japonesa desde a II Guerra Mundial até à actualidade. O argumento central deste artigo é que a conjugação destas teorias não é acidental mas intencional. Daí nós caracterizarmos a Política Externa Japonesa como um paradigma variável porque o Japão associou de forma dinâmica a teoria realista, a teoria da interdependência, e a t...

Palavras Chave Japão - Relações externas - 1945-

Tipo article

Revisão de Pares Não

Coleções [ULL-FCHS] LPIS, n. 04 (2010)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-10-12T05:31:14Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

O PARADIGMA VARIÁVEL DA POLÍTICA INTERNACIONAL JAPONESA

Pedro Miguel Amakasu Raposo de Medeiros Carvalho
Assistant Professor at the University Lusíada of Porto. Presently, he is a PhD candidate in policy studies at Nanzan University in Nagoya - Japan with a doctoral grant from the Portuguese Foundation for Science and Technology (FCT).
amakasuraposo@gmail.com

Resumo: O objecto deste artigo é estabelecer uma relação entre três das principais teorias de relações internacionais para compreender diversos cenários da política internacional japonesa desde a II Guerra Mundial até à actualidade. O argumento central deste artigo é que a conjugação destas teorias não é acidental mas intencional. Daí nós caracterizarmos a Política Externa Japonesa como um paradigma variável porque o Japão associou de forma dinâmica a teoria realista, a teoria da interdependência, e a teoria liberal para concretizar três objectivos principais da sua política externa: segurança, prosperidade económica, e ascendência política ou seja numa perspectiva ecléctica. Até há pouco tempo o Japão era uma história de sucesso na Ásia e no Mundo, praticamente sem custos. Mas o fim da Guerra-fria e a conversão da China no segundo maior produtor industrial em Março de 2010 a seguir aos EUA, ultrapassando o Japão que cai para o terceiro lugar põe em causa o estatuto do Japão como primeira potência regional na Ásia e a sua determinação na obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Para examinar a dinâmica da política externa japonesa e a relação competitiva entre as três teorias, seis variáveis (exógenas e endógenas), são equacionadas e quatro cenários analisados de forma a termos uma visão e perspectiva diferente do que aconteceria na política externa japonesa se esses cenários se tornassem realidade.

Palavras chave: Política internacional; política externa; Japão; relações internacionais.

Abstract: The main purpose of this article is to establish a relationship between various theories of international relations for the outcome of several scenarios of Japan's foreign policy after the Second World War until the present day.

My central thesis is that the mix of these three theories of International Relations: the realistic theory, the theory of the interdependence, and the liberal theory are not accidental but intentional. Therefore, we call Japanese foreign policy as being in a state of changeable paradigm. Japan's foreign policy goal has always been to attain security, prosperity and power ascendancy. Until recently, Japan was a successful case study for most of the countries around the world, without almost any costs. However, the end of the Cold War and the rise of China to the second place among the industrial economic powers after

the United States relegated Japan to the third position power, taking its place as the Asian hegemonic power, and its determination to have a place at the United Nations Security Council. In order to examine the dynamics of the Japanese foreign policy and the relation with the three theories, six variable (exogenous and endogenous), are analysed and four possible scenarios are equated to gives us a full perspective of what would happen in Japanese foreign policy if these scenarios became real.

Key words: International politics, foreign policy, Japan, international relations.

1. Introdução

É indubitável que as relações internacionais atravessam um período de transição porque os paradigmas existentes são confrontados com acontecimentos que obrigam a rever as teorias tradicionais já existentes sob pena do objecto aqui analisado, a política internacional e de segurança japonesa, ficar incompleto.

O objecto deste artigo pretende estabelecer uma relação dinâmica entre três teorias de relações internacionais, a teoria realista, a teoria da interdependência, e a teoria liberal, duas delas opostas para explicar e analisar a política externa japonesa.

O objecto principal é à luz dessas teorias analisar as variáveis, neste caso seis, que ao longo de mais de 60 anos (1945-2008) têm condicionado a formação e condução da política internacional japonesa.

São consideradas variáveis de Política Internacional aquelas que são "objecto de influência na decisão específica" da política externa. Nesta abordagem, as variáveis podem ser classificadas de endógenas e exógenas ou complexas i.e. internas e externas (consoante são de domínio soberano ou não), ou complexas porque associam elementos comuns ao domínio interno e externo no processo de decisão de política externa.

O conceito de variável aparece aqui estreitamente ligado à função de agentes para concretizar objectivos de cariz económico, político ou diplomático de acordo com o fim da política de relações externas previamente decidida.

Subjacente à questão principal, pretende-se analisar empiricamente a política internacional japonesa à luz das diferentes escolas de relações internacionais e, esboçar quatro possíveis cenários do posicionamento do Japão na cena mundial. Simultaneamente, a análise parte de uma interdisciplinaridade de certo modo contrária à doutrina para equacionar uma Teoria de Política Internacional Japonesa que explica a relação e utilização das diversas teorias de relações internacionais que melhor se adaptam à concretização das variáveis na política externa japonesa.

O Japão, ao longo da sua história, impôs à sua política externa um paradigma fundamental para a sua sobrevivência. Primeiro, a necessidade vital de segurança como fim dominante para evitar o controle ou a invasão por outra potência; segundo, através da coexistência pacífica com os territórios circundantes, atingir o bem-estar, através do crescimento económico para diminuir a dependência económica; terceiro, aumentar a capacidade política através do poder económico e o uso das instituições, para aumentar as expectativas de expansão económica (GATT, FMI) e que simultaneamente lhe permitisse uma inserção e ampliação do seu papel político no sistema internacional (ONU) numa primeira fase, e numa segunda fase, o assento permanente no Conselho de Segurança nas Nações Unidas.

Na tentativa de obter a sua independência económica, política, e militar, o Japão, de 1895 a 1945, quebrou este objectivo estratégico, o que constituiu uma catástrofe para o país. No pós-guerra, o Japão, ao ser impossibilitado de ter poder militar, não teve outra opção senão delinear uma estratégia de política externa que lhe permitisse obter a maior margem de segurança (teoria realista) possível, embora o mais ampla e cooperante possível do ponto de vista económico (teoria da interdependência), mas simultaneamente, independente e pacífica (teoria liberal) tendo em conta a sua inserção numa das regiões mais conflituosas do mundo.

O Japão fê-lo de forma brilhante. Como? Através da ampliação dos mercados externos, de uma conduta centrada no pacifismo, no respeito pelo direito internacional, e na assistência económica e financeira aos seus vizinhos através de ajuda pública para o desenvolvimento (APD em inglês Official Development Assistance - ODA); o que me leva a argumentar que a política externa do Japão não foi marcada por escolhas limitadas ou vacilações, antes por um pragmatismo paradigmático total, pois conseguiu tornar-se numa das potências mais ricas e desenvolvidas do mundo, ao mesmo tempo temida pelos seus vizinhos, mas respeitada por todos.

No entanto, o papel de segurança do Japão no pós-Guerra está limitado por força do Artigo 9º da Constituição para impedir novas tentações militaristas à semelhança da expansão e guerra imperialista no Sudeste Asiático (1931-1945). Efectivamente este constrangimento militar impediu o Japão de contribuir para a segurança internacional, excepto por meios pacíficos. Durante a Guerra Fria, a principal contribuição do Japão no campo da segurança foi e continua a ser primeiro, ideológica e de cooperação económica para o desenvolvimento i.e. um misto de sentimento anti-militar e de experiência das bombas atómicas; e segundo, uma contribuição para a segurança global, multilateralmente através das Nações Unidas e bilateralmente através de Ajuda Pública para o Desenvolvimento (Official Development Assistance - ODA). A região asiática é quem tem beneficiado mais em termos materiais do poder económico japonês em termos de APD para reforçar os laços políticos e económicos e garantir estabilidade e segurança regional. Neste contexto, a segurança militar permanece como sendo

o elo que falta ao Japão se ele quer ser o líder na região. Neste contexto, o Japão tem dado passos decisivos como comprova o lançamento do Fórum Regional da ASEAN (ARF) em 1994.

Apesar destes constrangimentos, o resultado da conjugação construtiva pelo Japão da trilogia teórica de relações internacionais (realismo, interdependência complexa e liberalismo) resulta num **Paradigma Variável** de um modelo de política externa que pode muito bem servir de exemplo para outras potências no sistema internacional como forma de o tornar mais pacífico e seguro. Claro, que a sua eficácia para a concretização da política externa dependerá da aplicação na totalidade e não parcialmente das várias teorias de relações internacionais na concretização da política externa. Contudo, este paradigma é "variável" na medida que a importância das variáveis diferem de Estado para Estado consoante o seu interesse nacional.

Em suma, a politica intenacional japonesa engloba três das teorias mais importantes e determinantes na Teoria das Relações Internacionais. Neste contexto, a politica externa do Japão é por conseguinte uma das mais paradoxais politicas externas dos Estados desenvolvidos devido à indefinição de uma teoria que defina a politica externa, e o que para alguns "scholars" pode ser uma fraqueza, para outros é uma virtude.

Quanto aos argumentos utilizados neste artigo e a sua relação com as teorias de relações internacionais pretendem tão somente abrir novas perspectivas de expor e analisar uma argumentação contrafactual acerca de acontecimentos passados e presentes sobre a política externa dos Estados, especificamente, a japonesa.

2. Decisões e variáveis da política internacional japonesa

O argumento deste este artigo é que a política externa do Japão após a II Guerra mundial resulta da combinação de várias teorias de relações internacionais para a prossecução do interesse nacional japonês. A conjugação da teoria realista, com a teoria da interdependência e a teoria liberal numa abordagem construtivista. Com efeito, o Japão consegue atingir um resultado muito mais eficiente como estratégia total para a sua diplomacia, do que conseguiria se aplicasse parcialmente só uma ou duas das três teorias aqui citadas. O resultado desta trilogia teórica é por sua vez um "Paradigma Ecléctico Variável da Política Externa Japonesa" no qual seis variáveis as quais podem ser analisadas à luz de várias teorias de relações internacionais pois que competem entre si tendo em conta o interesse nacional do Japão.

De facto, se tivermos em conta que para o Japão o fim dominante é a sua segurança, o que é partilhado pelos realistas,[1] que o arquipélago tem um poder

[1] As três assunções mais importantes para os realistas são: os estados são os únicos actores importantes, a força militar é o instrumento principal e a segurança é o fim dominante. Ver: Nye (2002, p. 226).

militar real para fazer face a qualquer ameaça, dispõe de um poder nuclear encoberto derivado da segurança garantida pelos EUA, mas sobretudo detém a opção e a capacidade de ter armas nucleares;[2] então, a política externa japonesa situa-se entre um realismo político oculto e um realismo económico levado às últimas consequências. Esta visão realista das relações internacionais, a partir da década de 1980, perdeu algum peso para o governo japonês, em detrimento da teoria de interdependência complexa de Robert Keohane e Joseph Nye (2002, p.224-227) que após a Guerra-fria ganhou preponderância expressa nas novas linhas directrizes da Aliança Nipo-Americana, adoptadas a 23 de Setembro de 1997, tendo em conta possíveis conflitos na região. De facto, num mundo cada vez mais interdependente, a política económica passou a ter um papel tão ou mais relevante que a segurança militar, não havendo ordem de prioridades na agenda (Itoh 1995, p.3-5).

Este pensamento aplica-se ao Japão que no pós-guerra adoptou uma diplomacia económica e não uma diplomacia militar. No entanto, a política externa japonesa não deixa de ser uma política externa realista, interdependente e liberal tendo em conta que desde fins da década de 1960, e início da década de 1970, figuram na agenda japonesa e internacional, questões ambientais, direitos humanos, não proliferação nuclear, ajuda pública ao desenvolvimento, segurança, e bem-estar económico. Não duvidemos que se os EUA não garantissem a segurança total e absoluta do arquipélago, há muito tempo que o Japão teria armas nucleares. A Constituição pacifista do Japão foi uma opção imposta que acabou por se revelar tão profícua para o Japão como para os EUA, ao invês do que inicialmente se poderia imaginar.[3] Por último, não partilhamos dos autores que consideram a política externa do Japão como sendo imposta de fora, através de pressões externas (gaiatsu), nomeadamente por parte dos EUA.

As decisões políticas, militares ou económicas do Japão realizam-se em função de variáveis endógenas (internas) e exógenas (externas i.e. movimentos de outras potências) que obviamente são mais ou menos versáteis tendo em conta o interesse nacional do Japão e o grau de interdependência deste com as restantes potências. Neste contexto, a Figura 1 expõe seis variáveis da Política Internacional e de Segurança Japonesa. A interligação das variáveis condiciona fortemente a decisão final de Política Externa do Japão.

[2] Apesar da adesão à política dos "três não" nuclear desde 1968: não às armas nucleares, não à introdução de armas nucleares em território japonês, e, não à retirada do Tratado de Não Proliferação Nuclear; é certo que o Japão tem capacidade para possuir a arma nuclear. Apesar de não a fabricar, o Japão possui sobretudo a superioridade militar, ou seja, a capacidade de poder ser nuclear. Esta ambiguidade advém do facto do Japão ser permanentemente um Estado nuclear potencial, em matéria de defesa e diplomacia, e traduz-se numa política externa altamente dissuasiva. Ver: Shimin (1997, p. 702-707).

[3] A aliança nipo-americana pode ser vista de várias formas: para conter um possível ressurgimento militarista japonês; para permitir aos EUA uma presença militar na região; ou então, um mecanismo para conter a China. A razão oficial (a segurança e protecção do Japão) é excluída destas hipóteses. Ver: Mendl (1995, p. 177).

2.1. Variável 1 - A Aliança Nipo-Americana é mantida ou reforçada

Tanto da parte americana como japonesa, não há nenhuma relação bilateral mais importante na região e até no mundo. Em Abril de 2004, aquando da comemoração dos 150 anos das relações nipo-americanas, George Bush disse que não existia aliado mais próximo que o Japão (McCormack).

Aqueles que classificam a política externa japonesa de estar alinhada ou subordinada a Washington desconhecem que já desde as décadas de 1940/50, o Japão segue uma linha distinta da dos EUA. O Japão recusou rearmar-se apesar da ameaça soviética e da dependência económica face aos EUA. Até 1965 recusou a normalização de relações diplomáticas com a Coreia do Norte. Nas décadas de 1970/80, contra os EUA, o Japão estabeleceu secretamente relações com o Vietname, apoiou os palestinianos contra Israel e o Irão mesmo após a Revolução Islâmica, e aproximou-se da CEE dento de um relacionamento triangular com os EUA (Bouissou, 1999a: 16)[4]. Em Julho de 1998, seja quando Clinton visitou a China, ou quando Jiang Zemin visitou Tóquio, em Dezembro do mesmo ano, o Japão não alinhou na política dos "Três Não" sobre a questão de Taiwan[5] (Deans, 2004, p. 95). O encontro entre o primeiro-ministro Koizumi e Pyongyang, em Setembro de 2002, não agradou a Washington, principalmente, porque a Coreia do Norte está incluída no "Eixo do Mal" dos EUA (Morais, 2003, p. 91). A verdade é que a eventual reunificação da Coreia representaria perda de poder regional para os EUA. Mas a noção que os EUA precisam de manter as tropas na Coreia do sul para garantir as tropas no Japão pode estar errada (Han, 2000/01:90). Aliás, a consolidação e reforço das "Novas Linhas ou New Guidelines" da aliança bilateral Nipo-Americana em 1997, encara o ataque através da cooperação com os EUA em acções militares e não só a defesa do Japão tal como estava estabelecido no Tratado de Segurança entre os dois países em 1960 (Motofumi).

Em Abril de 2004, e ao contrário dos EUA, o Japão condenou publicamente Israel nas Nações Unidas, pelo assassinato do líder do Hamas, Dr. Abdul Aziz Rantisi (Boer).

Apesar das divergências entre os aliados, o fim da Guerra Fria, do comunismo (desintegração da URSS), os ataques às Torres Gémeas, mas sobretudo a sensibilidade da China deram aos EUA razões para exigir ao Japão a partilha do fardo das responsabilidades de defesa na região para lá do Tratado de Cooperação e Segurança Mútua (1951), o que não impede a continuidade da presença americana na base de Okinawa até para assegurar a sua permanência na região (Christensen, 1999, p. 51).

O Japão também mudou. Em 1990, era o maior credor do mundo e face às fricções de âmbito comercial com os EUA, reforçou a crença de que tinha de

[4] Cf: Mendle (1995:32, 33).

[5] Não à independência de Taiwan, não à política de "Duas Chinas" ou "Uma China" e "Uma Taiwan" e não ao apoio à entrada em organizações internacionais, (...) nas quais o estatuto de Estado seja uma condição essencial. Cf. Langdon, (1999, p. 101-102).

encontrar o seu rumo na política externa. A nível económico, a via era através de um maior envolvimento económico na região Ásia-Pacífico (Uehara 2004); quanto à segurança, o Japão incentivado pelos EUA a ter um papel regional mais activo e eficiente com uma "divisão de encargos" no contexto da aliança, representado na expressão "*burden sharing*", aceitou colaborar na investigação do sistema de defesa anti-míssil até para poder contrabalançar militarmente com a China na eventualidade dos EUA reduzirem a sua presença militar na região, actualmente com 100.000 soldados. A acontecer, formar-se-ia um sistema multipolar com o Japão a assumir maior peso na balança de poder regional e, consequentemente, na aliança com os EUA (Ross, 1999:115).

Apesar das divergências, o Japão apoia todas as iniciativas de segurança americanas, política e financeiramente, como demonstra o contributo no "US – DPRK Agreed Framework" (1994), para a construção de reactores hidroenergéticos na Coreia do Norte, na política americana para a Bósnia, no Médio Oriente, na manutenção das bases norte-americanas em Okinawa, que desde o 11 de Setembro de 2001 custaram ao Japão mais de 30 biliões de dólares, e na luta contra o terrorismo através da assinatura de 11 das 12 convenções da ONU em contra-terrorismo, ou ainda no envio de 1000 soldados das Forças de Autodefesa (FAD) para o Iraque em 2004 (McCormack).

2.2. Variável 2 - A China: um parceiro volátil, adversário cooperante ou rival

Se na teoria a China não é uma ameaça para o Japão pois que assinou o Tratado de Paz e Amizade em 1978, na prática ainda o é; o armamento nuclear e o perigo da reunificação chinesa ampliam a sua influência no Pacífico, pondo em perigo as rotas de aprovisionamento japonesas. No entanto, as relações com a China são as mais importantes do Japão a seguir às dos EUA.

As relações sino-japonesas intensificaram-se após a crise financeira na Ásia (1997), contribuindo para a integração económica no Norte da Ásia, pese embora existirem alguns problemas comerciais. Os mútuos benefícios comerciais e de investimento directo estrangeiro entre o Japão e a China atenuam uma relação que, apesar de estável, é volátil. Apesar de, em 2003, o volume de comércio da China com o Japão ter atingido o recorde de 132.4 biliões de dólares, a Declaração de Parceria e Amizade para a Paz e Desenvolvimento, acordada entre os dois países em 1998, continua suspensa. Apesar da instabilidade, o governo do Presidente Hu Jintao tem desde 2004 tentado pôr em prática a diplomacia de "ascensão pacífica ou peaceful rise", pretendendo afastar o clima de desconfiança da ameaça chinesa para o exterior. No entanto, as ameaças contínuas da China em reunificar Taiwan, se necessário pela força, argumentando que tem direito a usá-la para impedir a separação definitiva, agudiza as tensões de conflito e fragiliza ainda mais as relações com o Japão descritas como frias politicamente e mornas economicamente (Kondo, 2005:93,103-04).

Em 1990, o colapso da USSR retirou um factor que ligava o Japão à China, a contenção da ameaça soviética. O fim daquela alterou as prioridades de ambos os governos (Yang, 2004, p. 19). De facto, a relação sino-nipónica é uma das variáveis mais importantes mas mais inconstantes no novo ambiente estratégico da região com implicações globais. Por isso, quando a China iniciou novos testes de mísseis nucleares em Maio de 1995, entrou em contradição directa com os acordos de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) estabelecidos com o Japão em 1992, podendo estes serem cancelados em caso de produção de armas de destruição maciça. A violação pela China do estabelecido bilateralmente entre ambos levou Tóquio a cortar parte (mas não toda) a ajuda económica a Pequim (Takamine 2006, p. 123). Mas os exercícios militares da China em 1996 no estreito de Taiwan e o perigo que isso representou face à alteração que teria no «status quo» na região levaram à politização pelo Japão da questão ao relacioná-la com a ajuda económica à China.[6]

De parte a parte surgiram manifestações nacionalistas que reacenderam a disputa das ilhas Diaoyu (Senkaku) e disputa das águas territoriais em 1990 e 1996. O litígio estava suspenso desde o Comunicado Conjunto entre o Japão e a China em 1972 (Downs e Saunders, 1998/99, p. 125-26).[7] Estes acontecimentos, juntamente com a suspeita dos EUA que a Coreia do Norte estava a desenvolver armas nucleares, anteciparam a Declaração Conjunta de Segurança entre o Japão e os EUA em Abril de 1996, levando à aprovação pelo Conselho de Segurança Nacional Japonês em Dezembro de 1998 da cooperação de investigação nipo-americana no teatro de defesa anti-míssil com a possível instalação no Japão e, posterior implementação das "Novas Linhas de Cooperação Militar" nipo-americana, em 1999 (Hughes 2002, p. 69 e sgs).[8]

A China encara esta colaboração como um sinal político inequívoco do Japão para conter o seu poder militar, ou até para prevenir a reunificação de Taiwan (Shihmin 1997, p. 698), o que levou ao aumento das tensões entre a China e o Japão e pode levar a que a China acelere a reunificação, temendo que o sistema de defesa anti-míssil se estenda a Taiwan (Christensen 1999, p. 79-80). Outro

[6] A questão da independência de Taiwan ou se a ilha pertence à China ou não, é de somenos importância para os interesses de segurança do Japão. De facto, o governo do Japão, apesar de ter renunciado aos direitos territoriais sobre Taiwan pelo Tratado de São Francisco em 1951, mantém desde então a ambiguidade de saber a quem é que o território pertence. A verdadeira questão põe-se se a China o fizer através do uso da força. (...) Um dos quatro mísseis disparados, em Março de 1996, caiu no mar da Costa da cidade taiwanesa de Hualian, a 60 km do Japão, na ilha Yonaguni, na prefeitura de Okinawa, afectando a indústria pesqueira da região. Ver: Drifte (2002:56, 57).

[7] Os EUA devolveram ao Japão os direitos administrativos das ilhas Diaoyu/Senkaku juntamente com Okinawa, embora tendo recusado pronunciar-se sobre a disputa da pertença da soberania.

[8] O interesse japonês pelo sistema anti-míssil de defesa tem a sua origem sob a Administração Reagan com a Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI) mais conhecida como Programa da Guerra das Estrelas, em 1983, e o subsequente acordo com o Japão em participar na investigação a partir de 1986. Depois, o crescimento da ameaça ilustrado na Guerra do Golfo (1990-91), quando os EUA utilizaram o sistema Patriot para interceptar os mísseis iraquianos e, parcialmente em reacção ao lançamento do míssil norte coreano (Nodong-1), no mar do Japão em 1991, aumentou o interesse japonês na investigação e desenvolvimento deste sistema. Ver: Hughes (2002, p. 72, 73).

problema, têm sido as constantes incursões nas águas territoriais japonesas por fragatas chinesas para pesquisa marítima de petróleo e gás, violando o acordo entre os dois países. Estas incursões sem prévia autorização do Japão aumentaram de 7 em 1995 para 33 em 1999 (Drifte 2002, p. 55). Recentemente, em Novembro de 2004, a entrada de um submarino nuclear chinês na ZEE do Japão, não era uma passagem inocente nas águas territoriais, mas uma clara violação ao Direito internacional e à integridade territorial do Japão (Kondo 2004, p. 105).

Mas um dos problemas que mais tem impedido o bom relacionamento entre o Japão e a China, a que se juntam as Coreias, são as diferentes opiniões que os governos têm da história da II Guerra Mundial, especificamente na crítica aos livros de história nos quais o Japão romantiza e desdramatiza o passado imperialista e agressivo japonês.[9] Depois, a recusa do primeiro-ministro japonês, Koizumi, em pedir desculpas formais por escrito, aquando da visita ao Japão de Jiang Zemin, pelas atrocidades cometidas à China, ao contrário do que fez com a Coreia, ou ainda as visitas do primeiro-ministro japonês, Koizumi Junichiro, ao templo Yasukuni em memória aos heróis de guerra sepultados juntamente com criminosos de guerra, não ajuda ao degelo dos litígios que opõem os dois países (Vogel *et al.* 2004, p. 263-64) .

2.3. Variável 3 – A ASEAN como terceiro pilar regional das forças

Durante a Guerra-fria, a ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático – Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia) fundada em 1967[10], tinha como principal objectivo fazer face à ameaça comunista vietnamita. E fê-lo não através de mecanismos de segurança colectiva, pois não existe nenhum pacto militar entre os seus membros, mas através de uma partilha de valores comuns, entre os quais o desenvolvimento económico, o que funcionou como factor apaziguador dos conflitos existentes, especialmente entre a Malásia e a Indonésia. Apesar de estar numa das regiões mais conflituosas durante a Guerra--fria, a ASEAN enquadra-se bastante bem numa abordagem construtivista como alternativa ao paradigma do realismo político para justificar o longo período de paz conseguido entre os membros fundadores. E se é certo que as novas

[9] Para além dos livros de história onde o Japão nega o seu passado, outros livros reafirmam e deturpam os factos reais. Exemplo disso, é o livro «Summary of the War in East Asia» publicado no Japão em 1997, que propaga uma visão positiva da guerra. A publicação do livro despertou o sentido de injustiça e ira na vizinha China e Coreia. Ademais, a editora do livro, é a "History Research Comission", formada por um grupo de 105 deputados ao Parlamento Japonês, onde Hashimoto, ex-primeiro-ministro japonês, é conselheiro. No entanto, e de acordo com alguns académicos, talvez na tentativa de desculpar o próprio livro, dizem que a maioria dos japoneses não conhece esta visão da história. (...) Recentemente, foi publicado um livro de história editado em conjunto por historiadores chineses, coreanos e japoneses, "The Contemporary and Modern History of Three East Asian Countries,", ensinando os factos históricos de uma forma equilibrada. Ver: Cossa, "Time for a Yasukuni Deal", *Japan Times*, 15 de Dezembro de 2005.

[10] O Brunei aderiu à ASEAN em 1984, seguido do Vietname em 1995, Mianmar e Laos em 1997 e o Camboja em 1999.

ideologias alteraram os fins dos estados e que a ideologia da guerra é bem mais fraca que anteriormente, já o poder ofensivo dos Estados é actualmente superior ao seu poder defensivo, o que pode ser um factor de instabilidade dentro da ASEAN (Kivimaki, 2001:8-11). [11]

O Japão sabe que o contributo da China para a estabilidade regional e prosperidade na região na era da globalização é essencial, não só para conter a instabilidade decorrente do elevado crescimento económico chinês e da ameaça que isso representa para a região e para si. Depois, com base em informações do MITI[12], estima-se que o PIB da região Ásia-Pacífico representará 16% do PIB mundial em 2020, com a percentagem do Japão, EUA e UE a descer. Por outro lado, há ainda mais dois factores que levam o Japão a optar por uma maior flexibilidade na sua política externa. Primeiro, o colapso das negociações multilaterais na cimeira ministerial da OMC em Seattle, em 1999, abalou a confiança que o Japão tinha no multilateralismo. Segundo, a decisão da China, em 2001, de negociar um Acordo de Comércio Livre com a ASEAN levou o Japão a reagir e simultaneamente a adoptar um programa de Acordos de Comércio Livre com os seus vizinhos (Ahearn, 2005:2-4).

Por estas razões, o Japão, que historicamente tinha centrado a sua política comercial nas negociações multilaterais (GATT e OMC), tem desde 1995 optado por uma política externa mais pragmática. Por um lado, com a emergência gradual de arranjos de segurança multilaterais, o Japão, a partir de 1990, e aproveitando a ASEAN como espaço informal de diplomacia, tem impulsionado o seu avanço para pôr em prática uma diplomacia integradora de acordo com o paradigma liberal e construtivista. Por outro lado, tem procurado negociar acordos de livre comércio com a ASEAN. Sobretudo, o Japão não quer nem pode ficar isolado e arriscar a perder a sua influência económica e política na região, que tem vindo a construir desde a década de 1970,[13] no que ficou conhecido pelo fenómeno "flying geese" [14] quando os seus maiores parceiros comerciais no contexto da

[11] O construtivismo é uma abordagem e não uma teoria, mas fornece ao mesmo tempo uma crítica útil e um suplemento às teorias principais do realismo e do liberalismo, completando-as em vez de se lhes oporem. (...) Liberais e construtivistas defendem que os conflitos e a sua prevenção são determinados, não apenas pelo equilíbrio de poder, mas pela estrutura interna dos Estados, os seus valores, identidades e culturas, e pelas instituições internacionais de resolução de conflitos. Ver: Nye (2002, p. 8, 9, 274).

[12] MITI – Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão.

[13] «The Doctrine committed Japan (1) to reject the role of a military power; (2) to build a relationship of mutual confidence based on "heart-to-heart" understanding; and (3) to be an equal partner of ASEAN.» Ver: Itoh (2000, p.95). Nota: A Doutrina Fukuda, em 1977, representou o início da viragem da política externa japonesa em relação aos países asiáticos. De facto, o Japão de uma diplomacia económica e exclusivamente centrada no seu interesse económico nacional, onde os países ASEAN serviam somente como um conveniente fornecedor de matérias primas e um potencial mercado para os seus produtos, enveredou por uma política externa mais solidária, não só para se reabilitar politicamente perante os seus vizinhos, como também para continuar a assegurar os mercados asiáticos.

[14] Numa primeira fase, a industrialização destes países fez-se pela introdução de indústrias de mão-de--obra intensiva e de baixa intensidade de capital. Numa segunda fase, estes países atingiram um

ASEAN enveredam pelo regionalismo.

As estatísticas evidenciam que, desde a década de 1980, tem havido uma crescente e complexa interdependência económica, contribuindo para a pacificação das relações entre os Estados membros mas também entre estes e o Japão. A criação de laços de mútua confiança em questões de segurança, economia e assuntos ambientais entre a China, a Rússia, a Coreia do Sul e os EUA no fórum "Diálogo de Cooperação do Nordeste Asiático (NEACD) e no Conselho de Cooperação para a Segurança na Ásia Pacífico (CSCAP) foi um passo decisivo que o Japão deu para o estabelecimento de um diálogo franco e informal sobre segurança e defesa, que ou por razões políticas ou por serem demasiado sensíveis para serem conduzidos pelos governos, são organizados por estes institutos em conjunto com a ASEAN+3 e a ARF (Katzenstein e Okawara, 2001/02, p. 161-62).

É importante para a economia japonesa que as economias asiáticas avancem com reformas estruturais de forma a readquirir o crescimento económico que havia antes da crise asiática em 1997. A chave para atingir este objectivo reside no aumento da integração económica através da promoção e liberalização do investimento e comércio, no reforço de uma economia de mercado competitiva e na resolução dos problemas estruturais remanescentes (Yamazawa, 2004, p. 24).

É neste pensamento que reside para o Japão a articulação do multilateralismo com o bilateralismo, que não se esgota com as questões de segurança como forma de pôr em prática a sua diplomacia compreensiva, cooperante, e integradora no interesse da região como um todo.

Em 1992, a ASEAN e o Japão estabeleceram a Zona de Comércio Livre (FTA) como forma de incrementar o comércio e investimento entre ambos, que evoluiu para a "ASEAN + Três" (Japão, China e Coreia do Sul), em Dezembro de 1997, sem os EUA, numa demonstração da crescente autonomia de posicionamento dos países do Sudeste asiático. No entanto, o acordo de comércio livre entre a ASEAN e o Japão demonstrou ser uma oportunidade para aprofundar o multilateralismo. A proposta de criação do Fórum Regional Asiático da ASEAN (ARF) pelo Japão em 1994, é mais uma oportunidade para legitimar uma liderança gradual nos assuntos regionais de segurança sem os EUA. A ARF, marca o início do "institucionalismo asiático" e trans-pacífico ao estilo da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) como fórum de segurança e cooperação multilateral.[15]

certo grau de desenvolvimento (aumento dos níveis de rendimento e dos custos salariais), o que possibilitou uma nova vaga de deslocalização industrial segundo a mesma lógica das vantagens comparativas até alcançar um desenvolvimento industrial que lhes permite operar através das vantagens competitivas. Pese embora este processo ser accionado por forças microeconómicas, a importância de políticas governamentais com políticas de desenvolvimento da actividade exportadora, combinadas com subsídios à exportação e políticas comerciais altamente agressivas para incentivarem o processo são essenciais. Ver: Lestano (1995, p. 4), e Yamazawa (2004, p. 8).

[15] A ARF é o maior esforço dos países do Sudeste Asiático para criar um mecanismo multilateral de segurança desde a criação em 1954, da Organização de Defesa Colectiva do Sudeste Asiático – SEATO (South-East Asia Treaty Organisation), pela Austrália, França, Grã-Bretanha, Nova

O objectivo é a construção de medidas de confiança e resolução de problemas políticos e de segurança da região Ásia-Pacífico com base em medidas de diplomacia preventiva, consenso entre os membros e, respeito pela soberania, integridade territorial dos Estados, e não interferência nos assuntos internos. De facto, a dinâmica baseada num modelo multilateral mas simultaneamente bilateral de diplomacia proporcionada pela ARF-ASEAN acabou por convencer a China e a Coreia do Sul a entrarem, principalmente porque nem o Japão nem os EUA dominavam.[16]

Apesar da ARF ter conseguido o acordo da China para agendar a questão das ilhas Spratley[17] em 1995, não conseguiu evitar as crises que se seguiram, nem no estreito de Taiwan em 1996, nem as incursões por barcos ou disparos de mísseis sobre o mar do Japão (Desjardins, 1999:359). Só a fome levou Pyongyang a negociar com a comunidade internacional através da diplomacia do "Sol Brilhante" (Sunshine Policy) da Coreia do Sul, dos EUA, e da ajuda japonesa de 1 bilião de dólares em Março de 2000 (Nitze, 2000:68-71).[18]

Mas nem tudo são fracassos da ARF-ASEAN. Ao nível financeiro, a ASEAN+3, conseguiu algum sucesso para impedir novas crises financeira como a que sucedeu em 1997 na Ásia. Na cimeira da ASEAN+3 (2002), a China concluiu um Acordo Quadro de Cooperação, usado imediatamente para evitar conflitos abertos em torno das disputadas Ilhas Spratley, para cooperação no combate ao terrorismo, crime informático, e tráfico de pessoas. Na cimeira ministerial da ASEAN+3 (Junho de 2003), os 10 estados membros assinaram uma Declaração Concorde II, em que se comprometem estabelecer até 2020 uma Comunidade Económica Asiática apoiada em três pilares: económico, político e de segurança, com vista ao estabelecimento da maior zona de comércio livre do mundo. Recentemente, realizou-se mais uma cimeira do Crime Transnacional da ASEAN+3, em Banguecoque (Tailândia), em Janeiro de 2004, onde se reforçou o combate ao terrorismo internacional e outros assuntos como poluição dos oceanos, migração internacional e degradação ambiental internacional (Kondo, 2005:35-43).[19]

Zelândia, Paquistão, Filipinas, Tailândia e EUA. A Aliança SEATO foi extinta em 1977.

[16] O Fórum Regional Asiático é constituído por 23 membros, incluindo os 10 estados ASEAN, os parceiros da ASEAN (Austrália, Canadá, EUA, Japão, Nova Zelândia, Coreias (Norte e Sul), União Europeia, Mongólia, China, Rússia, Índia, Papua e Nova Guiné, ao passo que o estatuto de Timor Leste está ainda por definir. Ver: Simon (2002:1-10).

[17] As Ilhas Spratley são disputadas pela China, Taiwan, Malásia, Filipinas, Vietname e Brunei. Os protagonistas são a China e o Vietname, que reclamam a sua soberania pese embora os restantes contendores terem ocupado parte das ilhas ou reclamarem estas na sua zona económica exclusiva.

[18] A Coreia do Norte, que aparentemente tinha desistido do seu programa nuclear militar com a suspensão dos reactores em 1994, após o Acordo de Desnuclearização para a península coreana, assinado com a Coreia do Sul em Fevereiro de 1992, disparou um míssil Nodong 1 sobre o mar do Japão em 1993, ou os incidentes no mar do Japão com barcos espiões em 1998, e disparo de novo míssil – Taepodong, em 1998.

[19] Em parte, este sucesso ficou a dever-se ao esforço económico e financeiro do governo japonês. Assim, em Outubro de 1997, a "Iniciativa Miyazawa", lançou um pacote de 30 biliões de dólares de ajuda económica.

2.4. Variável 4 – Reflexos da evolução político-ideológica japonesa

Dois factores substanciais contribuíram para que pelo menos até fins da década de 1970, o ponto de referência na condução das relações externas japonesas fosse a política norte-americana. Primeiro, o legado militarista da guerra, a derrota e a ocupação do Japão pelos EUA; segundo, a Guerra-fria, que bloqueou as relações políticas normais com países comunistas.

A nível interno, ao confronto pacifista e antimilitarista japonês do pós-guerra, em 1950, contrapunha-se a esquerda ideológica liderada por Hatoyama Ichiro, que defendia a abolição das Forças de Autodefesa (FAD) e da Constituição a partir de 1952 para permitir o rearmamento. Durante a década de 1960, este confronto evoluiu para um debate político entre os realistas políticos (mais pacíficos) e os realistas militaristas, que dominam o panorama político interno até 1980. Os realistas políticos, defendem a Constituição pacifista e a manutenção das FAD, embora defendendo um rearmamento defensivo.[20] A estes, contrapõem-se a partir de 1980, os realistas militaristas, a favor da opção nuclear para uso defensivo e maior independência na condução da política externa. Na facção dos realistas militaristas, surge a partir 1985, outra ala (militaristas Gaullistas) a favor da opção nuclear como elemento indispensável na condução da política externa (Mendle, 1995:32-35).

Com efeito, este confronto interno não era mais que uma manifestação do confronto global entre o capitalismo e o comunismo espelhado não só no confronto entre as grandes e pequenas empresas no debate China vs. Taiwan, mas igualmente nas forças opostas às reformas da ocupação americana (democracia e desenvolvimento), aprofundamento das relações económicas com a URSS, face à facção mais socialista e pró-China, ou pró-americana, nacionalista, e a favor das empresas japonesas. Dentro do próprio partido do governo, o PLD[21], havia duas facções, uma que defendia o reforço da aliança norte-americana e do papel das FAD (facção do actual primeiro-ministro Koizumi) como elemento dominante na política de segurança e o envio das FAD além-mar, o que aconteceu em 1993; e, aqueles que advogavam um estrito pacifismo contra a revisão do artigo 9º da Constituição (1947). Este confronto limitou o surgimento de uma política externa mais activa (Kabashima, 2000:55).

Dois acontecimentos conjugados interna e externamente mudaram o rumo dos acontecimentos: a perda do monopólio político do Partido Liberal Democrata (LDP - direita) em 1993 sobre o efeito conjugado de factores internos (rivalidades de poder, corrupção, peso do corporativismo, evolução da sociedade japonesa e valores - de um sistema hierárquico e autoritário para um modelo liberal e

[20] Hatoyama Ichiro, era um dos líderes que tinha sido expurgado a seguir à guerra, e que tinha agora retornado à política activa. Hatoyama criticava o primeiro-ministro Yoshida Shigeru e a sua política pacifista e de alinhamento com os EUA, conhecida por Doutrina Yoshida. Ver: Kabashima (2000:55).

[21] Partido Liberal Democrático.

individualista) e externos (mundialização e liberalização económica, novas ameaças mundiais e regionais) levou à redefinição do sistema político japonês.

Quando os socialistas do Partido Social Democrata (SDP) se coligaram com o PLD, no poder desde 1955 tudo mudou; aceitaram a constitucionalidade das FAD, a continuação e reforço do Tratado de Segurança Nipo-Americano e o uso da bandeira nacional.

2.5. Variável 5 – Restrições à liderança do Japão a nível regional e global

A Ásia no pós-Guerra fria é uma região que politicamente é muito mais imprevisível e complexa do que anteriormente. [22]

Segundo Robert Ross (1999:81), é provável que a tensão na região aumente e, face à ausência de Paz kantiana, é muito provável que tenhamos de dar razão aos realistas: a ascensão da China e o actual estado de transição pode gerar conflitos na reestruturação da ordem regional.[23] De facto, a Ásia-Pacífico apresenta uma dinâmica económica, política e de segurança sem precedentes na história moderna, mas também uma desconfiança entre os actores tão grande ou maior que durante a Guerra-fria. Os neo-realistas, apontam a emergência da multipolaridade para o equilíbrio da balança de poder na região (Manning e Przystup, 1999:44).

Ninguém quer um Japão nuclear, incluindo o próprio, porque além dos benefícios serem mínimos, conduziria ao aumento das tensões com os vizinhos e à provável proliferação nuclear; o Japão, não necessita de poder nuclear para ter poder político. Sobretudo, o que existe entre o Japão e os vizinhos, especialmente a China e as Coreias, são suspeitas, desconfianças e traumas da guerra que ainda não foram ultrapassados.

As disputas territoriais que o Japão mantém com a vizinha China, que reclama o seu direito histórico sobre as ilhas Senkaku japonesas, são outra restrição, pese embora nem Taiwan nem a RPC terem protestado à submissão das Senkaku (Diaoyutai em chinês) e das Ryuku (1970) pelo Japão. Recentemente, em Setembro de 2010, a República Popular da China (RPC) cancelou a segunda ronda de conversações com o Japão sobre a exploração de gás no Mar da China Oriental, protestando contra a detenção de um pesqueiro chinês pelo Governo Japonês (GoJ). O comandante do pesqueiro foi detido juntamente com o barco após ter colidido com um barco da Marinha Japonesa ao largo do arquipélago das ilhas Senkaku.

Intimamente ligado à questão das Senkaku surge o problema da delimitação marítima entre a RPC, Japão e Taiwan no Mar da China Oriental (Liancourt Rocks – Takeshima/Tokdo) em matéria de gestão de recursos, de protecção ambiental e de pesquisa.

[22] Ver: Mapas em anexo.

[23] A Paz Kantiana manifesta-se na trilogia liberal existente de democracias liberais, interdependência económica e instituições multilaterais.

O Japão reclama a devolução das quatro ilhas do sul do arquipélago das Curilhas (Iturup, Kunachir, Chicotan e Habomai) ou "Territórios do Norte" que ficam a norte de Hokkaido conquistadas no fim da II Guerra Mundial pela Rússia. Uma genuína aproximação à Rússia é difícil enquanto esta ocupar o que Tóquio considera ser uma parcela do Japão; e nem a dependência económico-financeira da Rússia face ao Japão abala as posições russas. Neste contexto, uma das grandes diferenças entre o Japão e as potências ocidentais, é a preocupação japonesa em proteger os seus aliados asiáticos, em especial a China. A preocupação japonesa em reiniciar a ajuda económica à China e não à Rússia ficou patente na cimeira dos G7 em Tóquio em 1993. Para o Japão, a importância de desenvolvimento e a continuação da ajuda económica na China post-Tianamen é tão ou mais importante que a integração da Rússia na nova ordem mundial (Yasutomo 1995: 167).

A perspectiva de um Estado coreano reunificado é perturbadora para o Japão mas também para os EUA, porque é o único local onde os EUA retêm uma presença militar continental. No plano da defesa, a Coreia do Sul serve como um Estado-tampão face à Coreia do Norte, que disputa com o Japão a posse das ilhas Tsushima, Takeshima e Saishu no Estreito da Coreia.[24] Pior, uma Coreia reunificada disporia de forças militares superiores às FAD do Japão.

A Guerra do Golfo (1990) constituiu um verdadeiro traumatismo para o Japão, acusado pela comunidade internacional de praticar a "diplomacia do cheque" ao invés de uma participação militar, afectando as suas aspirações a membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

Outros focos de tensão têm a ver com a suspensão da APD a Pequim e a alegada política de "duas Chinas" ou "uma China e Taiwan", e ainda a questão do Yasukuni. Para a China e a Coreia, o santuário Yasukuni é o símbolo do ultra--nacionalismo militarista do Japão antes da II Guerra Mundial. Esta questão tem servido à China como pretexto para recusar o apoio ao Japão na obtenção de assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (Kin).

O agravamento das relações bilaterais entre o Japão, a China e as Coreias ficou claramente evidenciado na cimeira inaugural do sudeste asiático (East Asia), na Malásia, a 14 de Dezembro de 2005. De facto, a questão Yasukuni acabou por tomar conta da cimeira face à preocupação generalizada que gerou nos membros ASEAN. Apesar da cimeira ter encerrado com um acordo que estabelece a base para uma Comunidade do Sudeste Asiático, era evidente que o problema Yasukuni de contexto bilateral passou a ter um contexto regional face à influência negativa nas implicações políticas e económicas regionais que estas cimeiras de alto nível têm no contexto asiático e até mundial, podendo levar à tentativa de isolamento do Japão pelas restantes potências, por exemplo, dentro da Comunidade do Sudeste Asiático.[25]

[24] *Ibidem*.
[25] "Shire issue dogs East Asia Summit", In: *Asahi Shimbun*, 16 de Dezembro de 2005.

Recentemente a China desenvolveu um novo míssil terra-mar (distância de 1500 km até ao algo) o que poderá alterar o equilíbrio estratégico na região pois permitirá à China criar "zonas de não acesso" impedindo operações de navios de guerra em áreas de oceano onde Pequim mantém ambições (Naves 2010).

2.6. Variável 6 – A variação das potências na região

Os países asiáticos ligam claramente o aumento das FAD ao espectro militarista japonês, o que torna difícil a Tóquio a gestão delicada das tensões com a China, Coreia ou a Rússia.

No caso sino-japonês sobre as ilhas Senkaku/Diaoyutai, as duas partes preferem tacitamente subordinar esta disputa às prioridades políticas e comerciais, não mostrando grande interesse em regulamentar a questão através de instâncias internacionais pois tanto uma como a outra poderiam perder.

O caso das Spratley, parecido com o caso das ilhas Senkaku, põe em causa a tese acima descrita, pois a China, depois de ter optado durante muitos anos pela via bilateralista, apercebeu-se que esta via não é a melhor solução, e participou na declaração de Manila (1992), não sem antes legislar que estas ilhas são parte integrante da China (1995), ocupando certos recifes. No entanto, a via multilateral tem ganho peso.

De média importância para a segurança militar do Japão, embora com consequências políticas importantes, é a disputa entre a Rússia e o Japão dos territórios do Norte ocupados pela URSS desde 1945. Face às dificuldades para resolver o conflito bilateralmente, o Japão optou pela via multilateral na cimeira informal Japão-Rússia em Krasnoyarsk (Rússia) aquando da realização do Fórum Regional da ASEAN (ARF) em 1997. Ambos os governos acordaram a conclusão do Acordo de Paz até 2000 mas o impasse persiste.

3. Cenários

Nestas condições os cenários possíveis podem ser equacionados em torno de três questões e analisados empiricamente à luz de diferentes escolas de relações internacionais: A política externa japonesa será mais económica do que diplomático-militar? Pode o Japão elevar o seu estatuto político ao nível do estatuto económico? E em que modalidades e para que fim pode operar o Japão?

1) Pax Imperium – Segundo Ichiro Ozawa, o Japão torna-se numa super -potência de tipo tradicional, um "Estado normal" (Bouissou 1997b, p.71). Para tal constrói a sua política externa apoiando-se nos instrumentos económico, diplomático, militar e ideológico, algo "neo-imperialista".

Richard Rosecrance aponta o exemplo do Japão como país que à custa do comércio alterou a sua posição, através do crescimento económico em vez da conquista militar (Nye 2002, p. 53). De facto, a economia como produto da teoria realista é tutelada pelo Japão já desde a era Meiji (1868-1912). Neste caso, a economia ganha preponderância em termos de poder nacional para desafiar as restantes potências. Aqui, a visão realista das relações internacionais pode ser um entrave ao investimento directo estrangeiro para fora ou para dentro, logo a uma política proteccionista à semelhança da praticada até à década de 1990. Sobretudo, o Japão afirma-se como «líder asiático» graças à sua capacidade económica. Esta visão realista das relações económicas internacionais comanda e condiciona a lógica diplomático-militar. De facto, não é possível a nenhuma potência fazer prevalecer a longo prazo e em larga escala a sua vontade militar sem capacidade económica.

No plano diplomático-militar, as relações bilaterais são privilegiadas de forma a estabelecer um maior equilíbrio de forças, principalmente face à China. No plano geoestratégico, Tóquio vai procurar o equilíbrio asiático à semelhança do equilíbrio europeu no século XIX, fomentando a divisão entre as potências. O local de confronto político entre Pequim, Tóquio e Washington poderia ser a ASEAN.

No plano político, o assento no Conselho de Segurança da ONU, o rearmamento total e o desaparecimento ou uma reinterpretação do artigo 9º são fundamentais para poder ter um papel activo na segurança internacional.

Este cenário é pouco provável não só porque podia conduzir ao choque de civilizações previsto por Huntington, indo contra a especificidade dos valores pacifistas (pós-guerra) japoneses e a própria História.

No entanto, não é impossível. De facto, desde 1999 que a direita nacionalista na política interna japonesa tem vindo a recuperar terreno. Em 2000, ambas as Câmaras do parlamento acordaram a possível revisão da Constituição de 1947, especialmente do artigo 9º (renúncia à guerra e ao uso da força para dirimir disputas internacionais). Em Outubro de 1999, o vice-ministro da defesa, Shingo Nishimura, afirmou que o Japão tinha de considerar a posse de armas nucleares (Katzenstein e Okawara 2001/02, p. 157). Em resposta às criticas internacionais de não envolvimento militar do Japão, particularmente dos EUA após a guerra do Golfo (1991), o Parlamento Japonês aprovou em Junho de 1992 a Lei para a Paz e Cooperação Internacional, permitindo a participação das Forças de Autodefesa Japonesas em missões de operação de manutenção de paz. No pós-11 de Setembro dos ataques terroristas, o Parlamento Japonês aprovou a "Lei de Emergência" (Outubro de 2001) que autoriza as Forças Militares Japonesas a dar apoio logístico aos EUA em caso de ataque terrorista, como aconteceu recentemente nas missões das FAD no Afeganistão e Iraque. O recente fortalecimento da Aliança Japão-EUA ao invés de aumentar o poder regional do Japão provocou o efeito contrário ante o aumento do poder hegemónico dos EUA evidenciando ainda mais a submissão do Japão aos EUA explicando a razão pela qual o Japão ainda não é a potência "normal" que ambiciona tornar-se.

2) O Japão torna-se a primeira potência num quadro regional integrado através de uma *Grande Pax Asia Pacifique*. Face ao desenvolvimento económico, militar e político das potências asiáticas o Japão dá ênfase à integração e cooperação militar desafiando as normas da teoria liberal democrática, aproveitando os desequilíbrios causados pelas tensões geopolíticas na região, elevando-se à condição de líder.

Este cenário é mais plausível de se concretizar não só porque não se apoia num neo-imperialismo como tampouco sobre relações desequilibradas em seu proveito. Sobretudo, este cenário dá ênfase ao comércio e investimento japonês na Ásia e a uma maior abertura do mercado japonês aos produtos asiáticos.

Apesar da dependência militar do Japão em relação aos EUA, evidenciada pelo financiamento da presença americana em território japonês com 4 biliões de dólares/ano, isso não significa uma total subserviência do Japão ante os EUA (Peou 2009, p. 157). Em 2006, o Japão retirou as suas tropas do Iraque. No plano diplomático-militar, Tóquio passa a ter um papel de líder no reforço dos fóruns regionais (APEC, ASEAN+3, ARF) e incentivar a construção de um sistema de segurança na Ásia-Pacífico assente em dois pilares: 1) a interdependência da segurança através da multilateralização dos mecanismos para uma segurança cooperativa e compreensiva de forma a criar mecanismos que se sobreponham às alianças existentes. 2) A construção deste sistema de segurança colectiva através de uma concertação asiática nos organismos internacionais (ONU, FMI, OMC, G8) para dar resposta às disputas territoriais e ameaças militares, incluindo as questões humanitárias e ecológicas no contexto da nova politica externa do Japão de Segurança Humana (Human Security), até agora excluídas do discurso da segurança.

Enfim, este cenário exige do Japão uma partilha pelos valores asiáticos ,despejando a sua consciência colectiva da "superioridade civilizacional" ainda latente em prol de um Asiatismo e não da visão ocidentalista que dominou desde a Era Meiji até 1945. Mas a presença de grandes potências (Rússia, China, Coreia do Sul), com níveis económicos e regimes políticos diferentes impede o desenvolvimento de uma dinâmica institucionalista para uma segurança integral, ilustrada pela falta de optimismo no potencial de uma ASEAN como uma comunidade pluralista de segurança regional muito por culpa da fragilidade das instituições democráticas que foram criadas (Peo 2009, p. 159).

3) O Japão não tem capacidade para disputar a hegemonia mundial sozinho, torna-se numa potência global estabelecendo uma *Pax Nipónica* auxiliado pelos EUA e União Europeia, semelhante à Inglaterra no século XIX e aos EUA no século XX.

Este cenário representa um risco maior para o arquipélago e perigoso do ponto de vista regional e geoestratégico. É que sem o contrapeso de uma ASEAN

solidamente integrada e face a um Japão reduzido militarmente por força do Artigo 9º da Constituição, a China tem vindo progressivamente a estabelecer uma posição dominante não só ao nível político como económico. No entanto, o único aliado estratégico da China na região é a Coreia do Norte. Portanto a divisão i.e. a não-reunificação das Coreias interessa à China, pois assim poderá manter a sua influência sobre a Coreia do Norte e usar os testes nucleares de Pyonyang para negociação diplomática. Realisticamente, a Coreia do Sul não tem estrutura para afectar o balanço de poderes nesta região. Uma boa opção estratégica para a Coreia do Sul é fortalecer a sua aliança com os EUA e simultaneamente capitalizar a aliança dos EUA-Japão (Shin 2007, p. 27). Para a concretização deste cenário, o assento do Japão no Conselho de Segurança das Nações Unidas é crucial para traduzir o seu poder económico em poder político. Também a institucionalização de uma segurança de cooperação sustentável através da APEC de forma a libertar a acção geoestratégica da China ou mesmo dos EUA é desejável. O Japão pode ainda exercer pressão política e económica sobre a União Europeia para evitar a pressão que Washington exerce sobre si, e simultaneamente promover um maior equilíbrio mundial. Elevados níveis de interdependência económica podem facilitar coabitações políticas pacíficas. No entanto, embora não o admitam, a China representa uma ameaça cada vez mais constante para a classe política japonesa. No caso de agressão militar chinesa, fontes governamentais japonesas responderam que a resposta será "situacional", algo muito vago mas claro no contexto cultural japonês, nunca expressando claramente as suas intenções propositadamente para ganhar espaço de manobra (Jiang 2002, p. 158).

4) Por fim, o último cenário é aquele de uma *Pax Consortis* caracterizado pela ausência de um país hegemónico asiático, ou seja nenhum país seria capaz de exercer o domínio global.

Este cenário é o que mais se aproxima da realidade. Os EUA não têm uma liderança real e necessitam da colaboração do Japão e da União Europeia. Neste caso, o Japão pode ainda aproveitar a estabilidade das suas relações com a China e estabelecer um Eixo Pequim-Tóquio de forma a resolver o seu litígio com a Rússia, retirando ainda poder à Coreia do Norte. Para tal, a China e o Japão devem unir esforços diplomáticos à semelhança da reconciliação franco-germânica no pós--guerra para uma Coreia do Norte Coreia não nuclear (Shin 2007, p.37-8). Por outro lado, neste cenário o Japão torna-se menos dependente dos EUA, ao que a aliança Nipo-Americana advém mais cooperativa e menos interdependente. A desvantagem é que haveria uma tendência de conversão do poder económico japonês em poder militar, o que poria em perigo o Eixo com Pequim. Neste caso, a ASEAN é fundamental para gerir a integração regional entre as diversas potências.

4. Conclusão

De acordo com Katzentstein e Okawara (2004, p. 109-112), situar a diplomacia japonesa na região Ásia-Pacífico numa perspectiva bilateral é sempre mais seguro do que caracterizar a política externa e de segurança japonesa como sendo multilateralista. No entanto, a ambiguidade latente da política externa do Japão é um facto. Assim, a diplomacia japonesa não pode ser explicada baseada numa única perspectiva teórica de relações internacionais, seja ela realista, liberalista (clássica), ou interdependente neoliberal. Porque a diplomacia japonesa tem vários interesses subjacentes tais como aumento do prestígio e poder, a defesa do interesse nacional em termos económicos, políticos e de segurança, e a defesa e fortalecimento das instituições como suporte de desenvolvimento económico, concluímos que só a conciliação ou concerto das três teorias numa perspectiva ecléctica (ou de eclecticismo) poderá explicar (nunca completamente) a política internacional e de segurança japonesa. Assim, a teoria realista não consegue determinar se o Japão se vai aliar à China para contrabalançar o poder hegemónico dos EUA na região ou se pelo contrário aceitará fortalecer a aliança com os EUA a nível militar para impedir a ascensão da China na região, ou se impulsionará a união das Coreias para enfraquecer a Coreia do Sul, afastando ainda a China da Coreia do Norte, para então controlar as linhas marítimas com a sua armada naval, a mais poderosa da região.

A teoria liberal encontra sérias dificuldades para explicar a aliança dos EUA e do Japão baseada em valores comuns para além da democracia. A política americana assume que valores como democracia e direitos humanos andam lado a lado com o desenvolvimento económico. Já o Japão defende que desenvolvimento económico é construído em torno de instituições democráticas. Esta diferença filosófica conduz a métodos diferentes. Ao passo que os EUA usam sanções económicas e políticas, o Japão prefere um dialogo construtivo com auxílio de ajuda económica para alcançar os objectivos. Finalmente a explicação neoliberal e interdependente, com o seu enfoque não na partilha de valores mas na eficiência da cooperação através de valores, não consegue explicar o termo de "área circundante" na revisão das linhas da aliança de defesa Japão-EUA. Esta ambiguidade criada pelo Japão impede a eficiência da aliança pois acentua uma desconfiança na medida da resposta ambígua do Japão face a um conflito na área. Por outras palavras, em caso de conflito o Japão poderá preferir concertos regionais de segurança, improvável é certo, mas serve como pretexto para os EUA aumentarem o nível de cooperação militar face a um crescente activismo do Japão que pretende demarcar a sua diplomacia da diplomacia americana. Finalmente, as instituições multilaterais de segurança são ainda extremamente limitadas, perdendo preponderância para a diplomacia bilateral japonesa e o respeito pelo princípio de não ingerência nos assuntos internos dos vizinhos que a perspectiva construtivista sublinha. Tendo em conta as limitações das restantes teorias, só a combinação destas permitirá amenizar as limitações e aumentar as

virtudes das mesmas para a construção de uma diplomacia ecléctica que tem na inclusão das teorias a sua maior virtude para explicar a política internacional e de segurança do Japão.

5. Bibliografia

AHEARN, Raymond J. "Japan´s Free Trade Agreement Program." *Congressional Research Service - The Library of Congress* [Em linha] Disponível http://www.nationalaglawcenter.org [Consultado em 16/02/2006].

BEYLERIAN, Onnig. "La variation de l´intérêt des puissances dans les institutions internationales de sécurité." *Revue Études internationales*. Vol. 28 nº2. Juin 1997: pp. 397-412.

BOER, John de. "Gauging Japan's Role in the Middle East", *Electronic journal – Japan Focus* [Em linha]. Disponível em http://japanfocus.org/category.asp [Consultado em 09/02/2006].

BOUISSON, Jean-Marie. "Déchiffrer lénigme de la politique extérieure du Japon." *Revue Études Internationales.* Volume 30 nº 1. Mars: 1999a: pp. 9-29.

BOUISSON, Jean-Marie. «La recomposition politique: Plus d´État, moins d´État ou pas d´État.» *Revue Futuribles* nº 216. Janvier 1997b: pp. 7-23.

BOUISSON, Jean-Marie. «Le Japon face au monde: Quel cadre pour une puissance qui se cherche?» *Revue Futuribles* nº 216. Janvier 1997c: pp. 65- 75.

BONIFACE, Pascal. *Atlas das Relações Internacionais*. Plátano Edições Técnicas, 2000.

CALDER, Kent E. "Japan as a Post-Reactive State?" *Orbis*. 47 number 4. Fall 2003: pp. 605-616.

CHRISTENSEN, Thomas J. "China, the US-Japan Alliance, and the Security Dilemma in East Asia." *International Security* Vol. 23 nº 4. Spring 1999: pp. 49-80.

COSSA, Ralph. "Time for a Yasukuni deal." In *The Japan Times*. 15 de Dezembro de 2005.

DESJARDINS, Bruno. «Entre l´arbre américain et l´écorce asiatique: Le Japon et sa politique internationale de securité.» *Révue Études internationales.* Volume 28 nº 2. Juin 1997: pp. 349-371.

DRIFT, Reinhard. «Engagement Japanese Style», *Chinese-Japanese Relations in the Twenty-first Century*, Marie Soderberg (editor), European Institute of Japanese Studies – East Asian Economics & Business, Stockholm: Routledge, 2002.

GOTTLIEB, Jason. *Representative Democracy and Military Policy in Postwar Japan: The Role of Public Opinion, Committee on Regional Studies-East Asia*. Boston: Harvard University, 1996.

GUINOTE, Paulo. "Sobre a Decadência do Debate de Ideias." [Em linha]. Disponível em http://www.aph.pt [Consultado em 21/02/2006].

HAN, Sung-Joo. "The Korea´s New Century." *Survival* volume 42, nº 4 Winter 2000/01: pp. 85-95.

HUGHES, Christopher W. "Sino-Japanese relations and ballistic missile defence (BMD)." *Chinese-Japanese Relations in the Twenty-first Century*. Editado por Marie Soderberg. European Institute of Japanese Studies – East Asian Economics & Business. Stockholm: Routledge, 2002.

ITOH, Mayumi. *"Japan-Southeast Asia Relations: Perception Gaps, Legacy of World War II and Economic Diplomacy"* Paper originally presented at the 1995 Asian Studies on the Pacific Coast (ASPAC) Conference, Pacific University, Forest Grove, Oregon, June 16-18, 1995; [Em linha]. Disponível em: http://mcel.pacificu.edu [Consultado em 14/02/2006].

ITOH, Mayumi. Globalization of Japan – Japanese *Sakoku* Mentality and U.S. Efforts to Open Japan. London: Macmillan, 2000.

JAPANESE REPORT. *Implementation of the APEC Leaders Statement on Counter-terrorism*. Tokyo: Japanese Ministry of Foreign Affairs of Japan (MOFA), 2004.

JIANG, Wenran. "The Japanese Assessment of the China Threat." In *The China Threat: Perceptions, Myths and Reality*. Edited by Herbert Yee and Ian Storey, 150-165. New York: Routledge-Curzon, 2002.

LANGDON, Frank. "Le Japon et l´Asie: Le danger d´une nouvelle guerre froid", *Revue Études Internationales* volume 30, nº 1. Mars 1999: pp. 93-111.

LESTANO. "Asean - Economic Performance: A Review of International Trade and Investment Trends." CAS – Discussion Paper nº 3. *Center for ASEAN Studies (CAS)*. August 1995. [Em linha]. Disponível webh01.ua.ac.be/cas/PDF/CAS03.pdf [Consultado em 16/02/2006].

LINCOLN, Edward J. "Japan: Using Power Narrowly." *The Washington Quarterly*. Winter 2003-04: pp. 111- 127.

LIZÉE, Pierre P. "Sécurité et Intégration en Asie-Pacifique: dynamiques et implications théoriques." *Revue Études internationales*. Vol. 28 nº 2. Juin 1997, pp. 345-355.

MASUZOE, Yoichi (editor); Years of Trial – Japan in the 1990s, Japan Echo Inc, Tokyo 2000.

McCORMACK, Gavan. "Koizumi's Japan in Bush's World: After 9/11", *Electronic journal – Japan Focus* [Em linha]. Disponível em http://japanfocus.org/category.asp, [Consultado em 09/02/2006].

MENDL, Wolf. *Japan´s Asia Policy: Regional Security and Global Interest*s. London and New York: Routledege, 1995.

MORAIS, Isabela Nogueira de; (2003), "A crise norte-coreana e os interesses estratégicos do nordeste asiático." *Política Externa.* Vol. 12 nº 1, Junho/Julho/Agosto, pp. 85-94.

MOTOFUMI, Asai. "The Bush Strategy and Japan's War Contingency Laws", *Electronic journal – Japan Focus* [Em linha]. Disponível em http://japanfocus.org/category.asp, [Consultado em 09/02/2006].

NAVES, Luís. "Tecnologia chinesa criou ameaça a porta-aviões norte americano." In *Diário de Notícias*, Agosto de 2010.

NITZ, H. Paul. *The United States and Japan in 2000: Seeking Focus*. Tokyo:

International University of Japan and The Edwin O. Reischauer Center for East Asian Studies, October 2000.

NYE, Joseph Jr. S. *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à História e à Teoria*. Lisboa: Gradiva, 2002.

OLIVEIRA, Amaury Porto de; "Dissonâncias e convergências sino-japonesas no século XXI." *Política Externa*. Vol. 12 nº 4. Março/Abril/Maio 2004: pp. 7-23.

PEOU, Sorpong. "Security community-building in the Asia-pacific." In *Security Politics in the Asia-Pacific – A Regional-Global Nexus?* Edited by William T. Tow, 144-166. New York: Cambridge University Press, 2009.

ROSS, Robert S.; "The Geography of the Peace: East Asia in the Twenty-first Century", *International Security*, vol. 23, nº 4 (Spring): pp.81-118, 1999.

YANG, Daquing; «Mirror for the future or the history card? Understanding the history problem», *Chinese-Japanese Relations in the Twenty-first Century*, Marie Soderberg (editor), European Institute of Japanese Studies – East Asian Economics & Business, Stockholm School of Economics, Routledge, 2002.

YAMAZAWA, Ippei; "Japan and the East Asian Economies: Prospects and Retrospects in the Early Twenty-First Century", APEC STUDY CENTER INSTITUTE OF DEVELOPING ECONOMIES, JETRO, March 2004, [Em linha]. Disponível em http://www.ide.go.jp/, [Consultado em 16/02/2006].

TAKAMINE, Tsukasa. *Japan's Development Aid to China: The long-running foreign policy of engagement*. USA: Routledge Studies in the Growth Economies of Asia, 2006.

SHIHMIN, Chen. "La dissuasion nucléaire et les rapports sino-japonais." *Revue Études internationales*. Volume 27 nº 4. Décembre 1997: pp. 685-707.

ASAHI SHIMBUN. "Shire Issue Dogs East Asia Summit." 16 de Dezembro de 2005.

SHIN, Kak-Soo. "The Implications of the Rise of China for South Korean Foreign Policy." *Korea and World Affairs*. Volume 31 Nº 1. Spring 2007: pp. 13-39.

SIMON, Sheldon W. "Managing Security Challenges in Southeast Asia: The ASEAN Regional Forum Views the Councils for Security Cooperation in the Asia Pacific: How Track II Assists Track I." THE *NATIONAL BUREAU OF ASIAN RESEARCH (NBR)*. Volume 13 nº 4. July 2002.

TOMÉ, Luis José Rodrigues. "A Segurança e Estabilidade no Noroeste da Bacia do Pacífico." Adriano Moreia e Pedro Cardoso (coordenação). *Estratégia.* Volume 9. Lisboa 1997: pp. 267-325.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. "Perspectivas para o Papel Internacional do Japão", *Política Externa*, Vol. 12, nº 4, Março/Abril/Maio 2004: pp.29-32.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. "Política Externa Japonesa no Final do Século XX: O que faltou?" CEBRI – Centro Brasileiro de Relações Internacionais, colecção: Teses. [Em linha] Disponível em http://www.cebri.org.br, [Consultado em 12/01/2006].

KATZENSTEIN, Peter J. e OKAWARA, Nobuo (2001/02). "Japan, Asian-Pacific Security, and the Case for Analytical Ecleticism." *International Security.* Volume

26. Nº 3. Winter: pp. 153-185.

KATZENSTEIN, Peter J. e OKAWARA, Nobuo. "Japan and Asia-Pacific Security." In *Rethinking Security in East Asia – Identity, Power and Efficiency.* Edited by J.J. Suh, Peter J. Katzenstein and Allen Carlson. California: Stanford University Press, 2004.

KIN, Kwan Weng. "Koizumi's Obstinacy Could Isolate Japan: Yasukuni and Asia", *Electronic journal – Japan Focus* [Em linha]. Disponível em http://japanfocus.org/category.asp, [Consultado em 09/02/2006].

KABASHIMA, Ikuo. "An Ideological Surey´s of Japan´s National Legislators", *Years of Trial: Japan´s in the 1990s*, Masuzoe Yoichi (editor), Japan Echo, Tokyo, 2000.

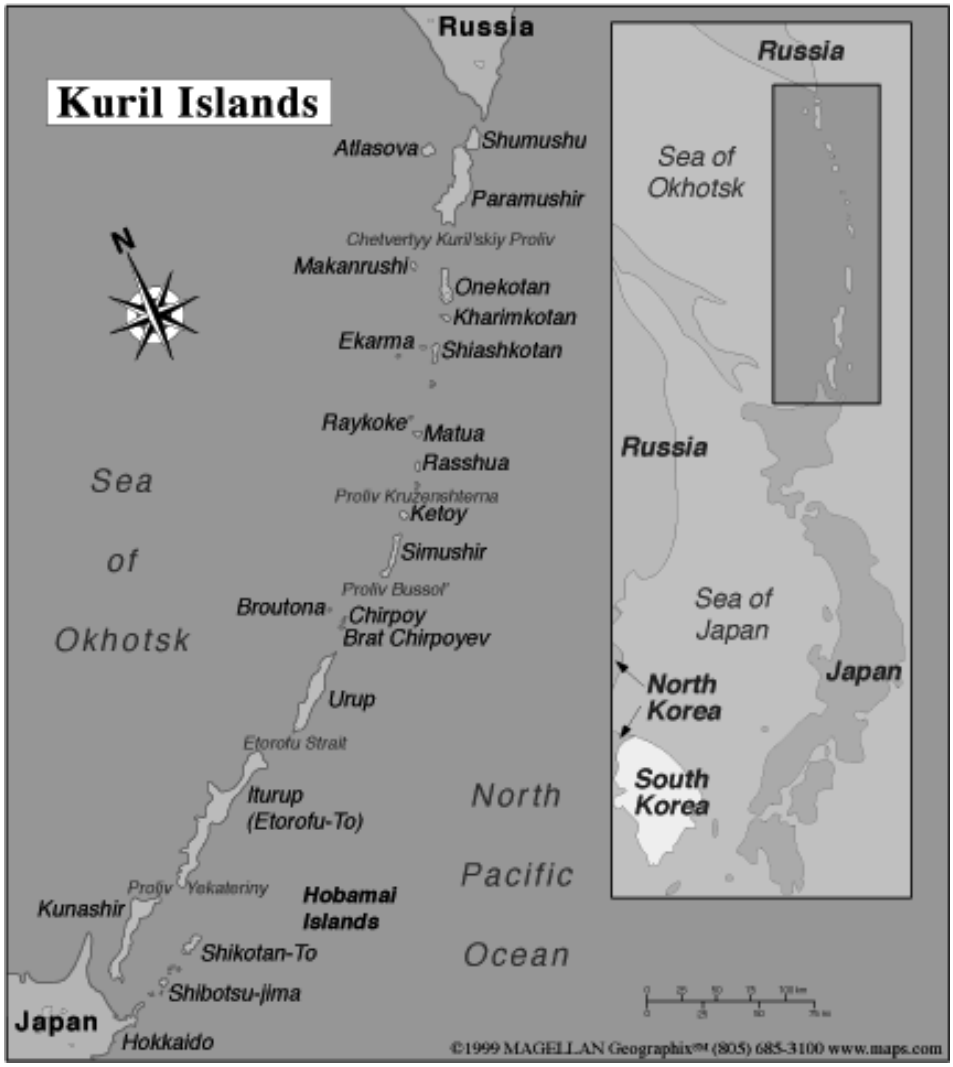
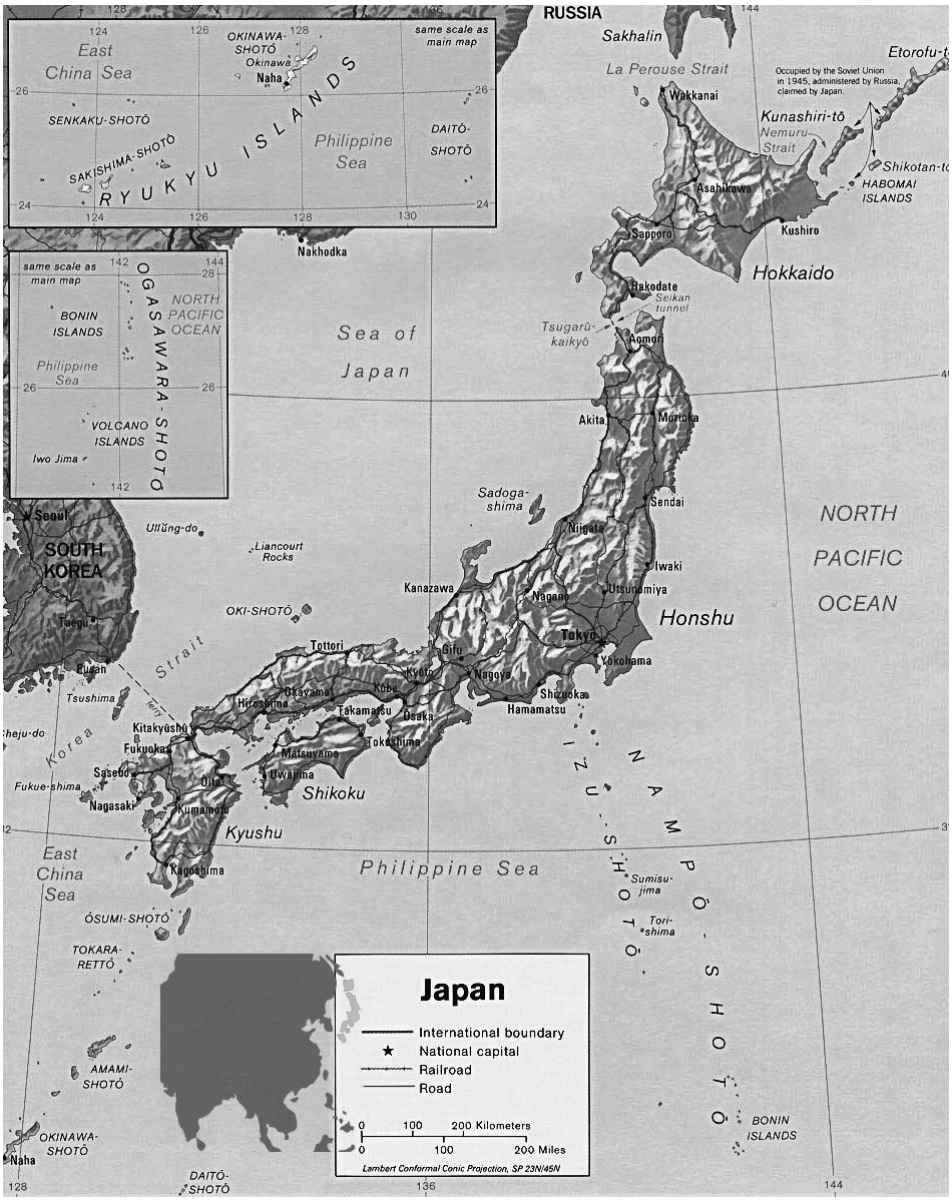
KONDO, Shigekatsu (Director); "East Asian Strategic Review", *The National Institute for Defense Studies – Japan*, The Japan Times, 2005.

VOGEL, F. Ezra, MING, Yuan, e TANAKA, Akihiko (2004) (editors), The Age of Uncertainty: The US-China-Japan Triangle from Tiananmen (1989) to 9/11 (2001), Harvard University Asia Center, Cambridge – Massachusetts.

YASUTOMO, Dennis T. *The New Multilateralism in Japan's Foreign Policy*. London: Macmillan Press, 1995.

Anexos

Mapa das ilhas Curilhas (Kuril Islands)



Mapa geopolítico do Japão